

Preservação e Valorização do Património Cultural (1)

• Seminário em Maputo



O Rector da Universidade Eduardo Mondlane e membro da Comissão Permanente da Assembleia Popular, Fernando Ganhão, proferindo o discurso de abertura

Como com bastante antecedência havíamos anunciado, decorreu em Maputo, de 21 a 25 de Janeiro, o Seminário sobre Preservação e Valorização do Património Cultural.

Promovido pelo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades que se integra na Direcção Nacional de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, a ele estiveram presentes todos os quadros que, a nível nacional e provincial, actuam na preservação e valorização de bens culturais, trabalhadores do MEC, representantes de outros organismos do Estado ligados ao processo e ainda do Partido, de Organizações Democráticas de Massas e da Informação.

De destacar a participação da UNESCO, através de dois técnicos de formação superior e de grande projecção internacional.

Texto de:
Orlando Mondes
Fotos de:
Domingos Elias
e Arquivo.



O responsável do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, Ricardo Teixeira Duarte, lendo uma comunicação

Foram objectivos principais do Seminário, reunir trabalhadores da Cultura engajados na Campanha de Preservação e Valorização Cultural e fazer uma reflexão conjunta sobre o trabalho em curso no âmbito da campanha, a formação de quadros moçambicanos, a divulgação das realizações e apoio às tarefas programadas em qualquer parte do país. Por outras palavras, com o Seminário se pretendia avaliar a aplicação da metodologia adoptada e dos resultados obtidos no decurso da campanha e propor, face a exigências e deficiências, o dimensionamento de responsabilidades, tarefas, meios humanos e materiais de execução.

Os documentos oficiais apresentados, trataram essencialmente os seguintes temas: Círculos de Interesse, Enquadramento da Campanha no desenvolvimento económico das Aldeias Comunitárias, Inventariação e Arquivo de Objectos Museológicos, Montagem de um Sistema de Arquivos sobre o Património Cultural.

OBJECTIVOS E METODOLOGIA DE UMA CAMPANHA

Em 1977, no cumprimento de orientações do III Congresso da FRELIMO, começou a desenhar-se uma campanha para Pre-

servação e Valorização Cultural, com os seguintes objectivos essenciais:

— Preservar, isto é, manter e conservar todos os bens culturais que definem o nosso passado histórico, quer constituam testemunhos directos da personalidade moçambicana quer resultem da acção exercida pela ocupação colonial;

— Valorizar esses bens culturais no sentido de que o seu estudo e análise determinem reflexões críticas sobre a nossa História, através do conhecimento e interpretação dos valores da sociedade tradicional-feudal e da sociedade colonial-burguesa;

— Do binómio preservação-valorização, partir-se para a transformação revolucionária da nossa Cultura, como condição para a formação do Homem Novo, construtor da Sociedade Socialista.

A reunião nacional de meados a fins de 1978, para primeiro balanço dos trabalhos de recolha e identificação de bens culturais, da montagem de estruturas estatais dos Museus e Antiguidades e sua coordenação com outras estruturas estatais a nível nacional, conduziu à planificação do trabalho para 4 fases da campanha:

— 1.ª, em 1979: Locais, personagens, acontecimentos e objectos históricos

— 2.ª, em 1980: Manifestações artísticas

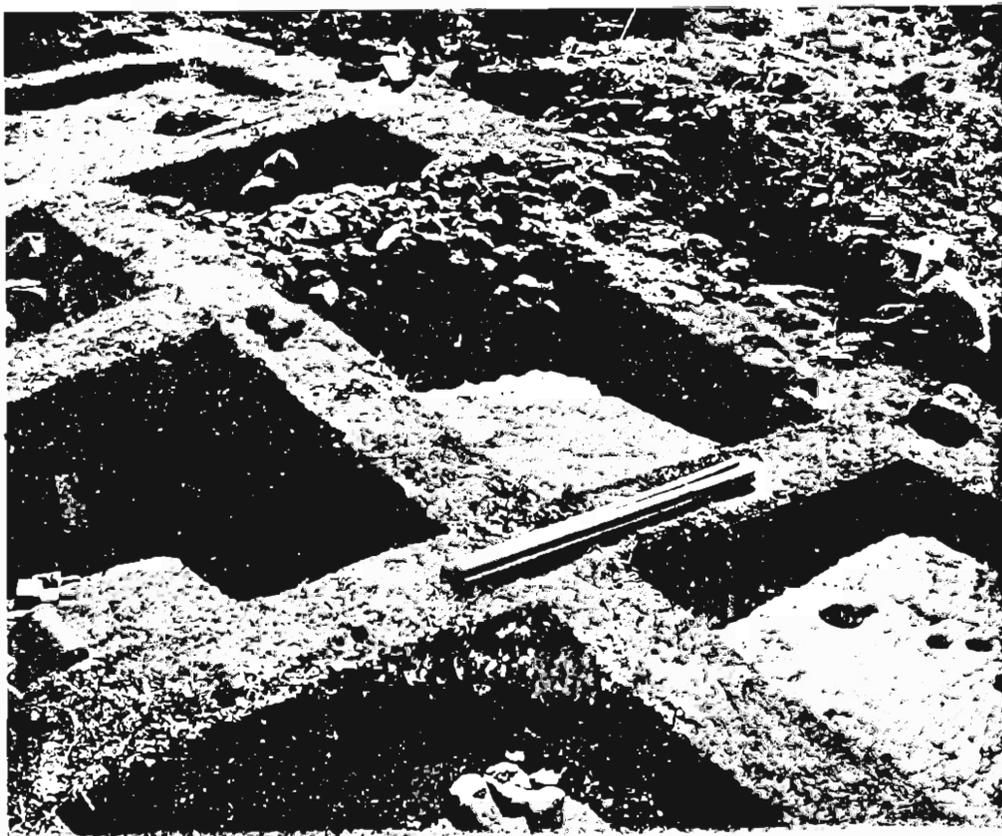
— 3.ª, em 1981: Educação tradicional e literatura oral

— 4.ª, em 1982: Produção tradicional

Desde o início da campanha que se estabeleceu o princípio de ser fundamental para a sua dinâmica e sucesso, o envolvimento da participação popular. Como consequência da prática deste princípio, surgiram acções concretas do engajamento popular para a preservação dos bens culturais, de imediato centradas na limpeza e protecção de locais históricos que passaram a ser visitados.

Detectadas a deficiente comunicação entre estruturas central e da base, e a falta de registo sistemático dos bens culturais, estabeleceu-se uma metodologia destinada a: criar arquivos e depósitos museológicos nacional, provinciais e distritais e a diversos níveis da base; inventariar monumentos, locais, personagens, objectos históricos. A Resolução n.º 4/79, de 3 de Maio de 1979, da Comissão Permanente da Assembleia Popular, de-

Arqueologia é objecto da preservação e conservação do património cultural: aspecto de escavações na Estação de Manyeni





O representante de Gaza, lendo o relatório provincial

terminou a criação de Comissões de Inventariação que, sob a presidência do respectivo Governador, fizessem participar os deputados nas respectivas tarefas.

CÍRCULOS DE INTERESSE

Os Círculos de Interesse são definidos como as estruturas executivas de base na Campanha de Preservação e Valorização do Património Cultural, através dos quais se faz a participação popular.

Eles deveriam ser instalados ao nível de Escolas, Aldeias Comunitárias, Fábricas, Unidades de Produção e das Forças Armadas de Moçambique, «congregando jovens e velhos, homens e mulheres, vocacionados para a preservação do património histórico e cultural, desenvolvendo acções de estudo, registo, inventariação, recolha e conservação de bens e valores culturais, participando no desenvolvimento da história e cultura nacional».

Contudo, esta perspectiva não poderia resultar a curto prazo, dada a situação herdada que ainda hoje pesa como uma das características do subdesenvolvimento, com 90 por cento de analfabetos. Daí que a formação de Círculos de Interesse se venham limitando às escolas.

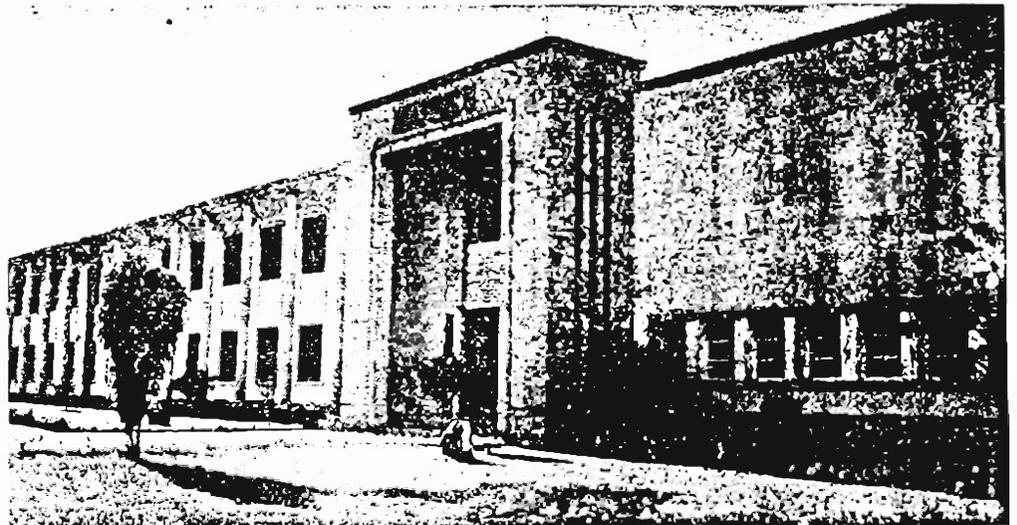
Os Círculos de Interesse integram-se nas tarefas escolares obri-

gatórias mas a participação dos alunos neles é voluntária.

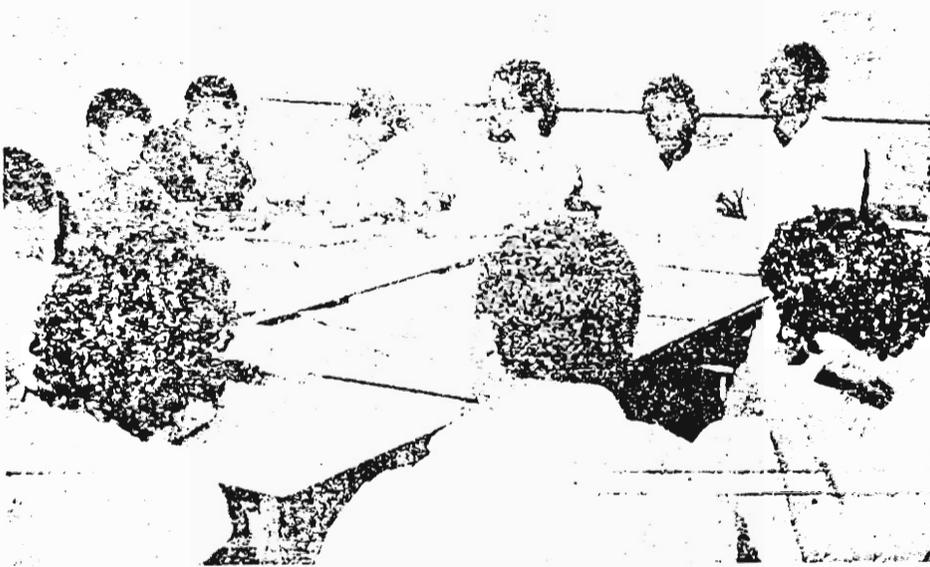
Pôde constatar-se no decurso do Seminário que em algumas províncias houve pouco sucesso na criação e dinamização de Círculos de Interesse nas escolas e uma das razões foi apontada no relatório do Serviço Provincial de Cultura da Zambézia: «fraco conhecimento do papel dos Círculos de Interesse na formação do aluno por parte dos professores». No entanto, esta província referiu certas iniciativas das mais válidas. Por exemplo, a Província de Sofala, não tendo referido no seu relatório especificamente os Círculos de Interesse, deu conta da realização de um estágio de activistas de preservação para alunos das escolas secundárias, com a duração de 15 dias e a participação de 29 alunos de diversos distritos. O curso, porém, embora tivesse conseguido preparar minimamente os alunos, «não teve o impacto desejado». Contudo, os activistas saíram com tarefas concretas que consistiam no levantamento de dados sobre a 1.ª fase da Campanha de Inventariação de Locais Históricos. A província de Manica relatou que as deficiências no desempenho das tarefas gerais obrigatórias no campo da preservação cultural advieram da falta de programas para os professores e da sua aplicação mecânica noutros casos. Apenas o Instituto Agrário de Chimoio conseguiu cumprir uma parte delas, respeitante à recolha de elementos

sobre a História e a Cultura do local onde a escola se situa, preservação e valorização de manifestações artísticas e objectos de arte.

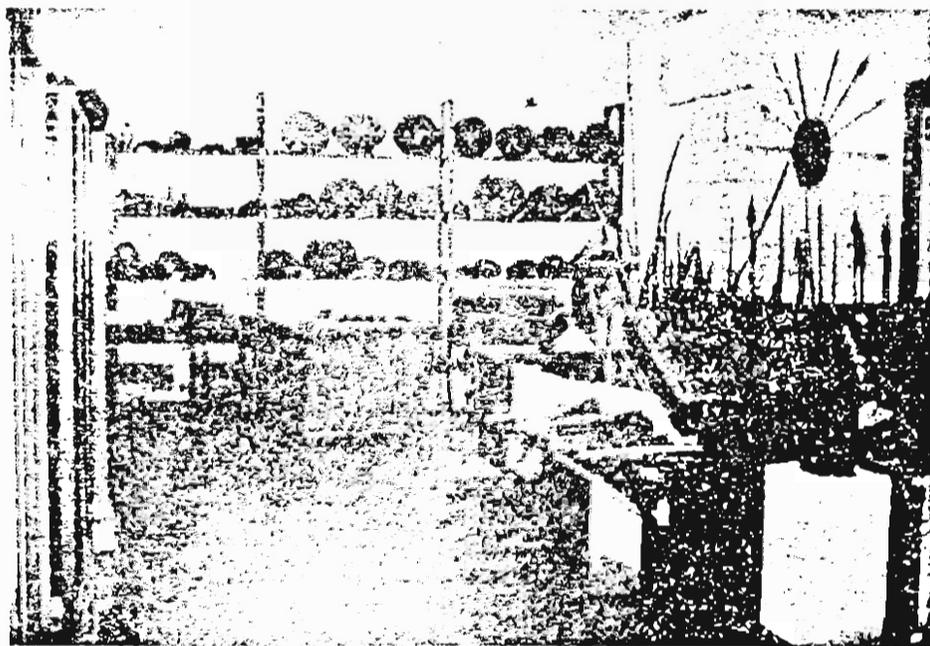
Os problemas dos Círculos de Interesse foram analisados no estudo em grupos, verificando-se o papel importante desempenhado pelos ZIP e CAP, mas tendo havido dificuldades na compreensão das orientações dimanadas respectivamente da DNE e da DNC que não se harmonizavam. Salientou-se a importância fundamental da actuação da direcção das escolas e dos professores para a formação e desenvolvimento dos Círculos de Interesse e que estas têm sido maiores nas escolas primárias que nas secundárias e maiores nas escolas distritais que nas escolas das cidades. Uma conclusão foi que os Círculos de Interesse devem ser apoiados com documentação e manuais práticos de trabalho. Também se concluiu a necessidade de se organizarem encontros periódicos de CI, numa primeira fase a nível distrital, depois a nível provincial e finalmente a nível nacional. Devemos referir que no Seminário estiveram presentes duas alunas da Escola Secundária de Nampula, representando o seu Círculo de Interesse, tendo apresentado um documento intitulado «A experiência dos Círculos de Interesse da Província de Nampula». E aqui se põe uma interrogação: porque se não trouxeram ao Seminário mais um ou outro Círculo de Interesse, par-



Museu de Nampula, um dos principais do país apesar do saque a que os seus bens culturais foram sujeitos no fim do tempo colonial



Aspecto de um dos grupos de trabalho no Seminário



Exemplo de depósito museológico (no Museu de Nampula), bem apetrechado mas em condições de instalação já deficientes

particularmente de Maputo, cuja deslocação seria mais fácil e pouco dispendiosa?

Também é de notar que a maioria dos Círculos de Interesse a funcionar no país, tem como tema de investigação e estudo, a História, o que, sendo essencial, parece desviar da preocupação por outras iniciativas e campos culturais. Contudo, em algumas províncias, como a de Tete, foram frutuosas as experiências com Círculos de outros interesses: piscicultura, repa- ções, cerâmica, escultura.

Considerando que os Círculos de Interesse se sujeitam a um currículo escolar, embora contribuam efectivamente para a sensibilização cultural dos alunos, não garantem a continuidade das actividades de fase para fase, pelo que a participação popular na preservação e valorização do património cultural, deve ser procurada também noutros sectores da população.

ALDEIAS COMUNAIS

A implantação da Campanha de Preservação e Valorização Cultu-

ral nas Aldeias Comunais, foi um dos temas que mais atenção mereceram durante todo o trabalho do Seminário, a partir do documento «O enquadramento da Campanha dentro da estratégia global do desenvolvimento económico e social nas Aldeias Comunais — Considerações Gerais» e de um outro apresentado pelo artista plástico Malangatana Nguenya, actualmente trabalhador da Comissão Nacional das Aldeias Comunais na província de Nampula.

O primeiro dos documentos, fazendo embora correctas considerações teóricas sobre o papel da Aldeia Comunal como «factor chave na estratégia global adoptada pela FRELIMO para a Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento e para a construção das relações socialistas de produção em Moçambique», não elucida sobre a implantação da campanha nas Aldeias Comunais. Já o documento «Contribuições para o Trabalho Cultural nas Aldeias Comunais», de Malangatana Nguenya, nos oferece dados valiosos relativos às condições em que deve processar-se ali a campanha, considerando a personalidade do aldeão, a sua capacidade de vivência da transformação cultural, a sua participação em Círculos de Interesse com apoio de professores da escola da Aldeia. Sobre o engajamento cultural dos aldeões, transcrevemos a seguinte passagem: «Quando, por exemplo, o aldeão de Mogovolas viu a importância e a valorização que a nível nacional era dada a Kupuma-munu, resistente lendário à ocupação colonial e mantido na memória popular ao longo de anos, prontificou-se, de imediato, a abrir uma estrada de dois quilómetros que fosse até ao local da campa de Kupuma-munu, a fim de que esta melhor pudesse ser conhecida em todo o Moçambique».

O documento contém propostas concretas e aponta claramente as relações a existir entre quadros da Preservação e Valorização do Património Cultural e os aldeões no âmbito da campanha e adverte sobre erros práticos na ruptura cultural entre a vida da Aldeia Comunal e das populações camponesas dispersas e a necessidade de um debate profundo dos aspectos ne-

gativos e positivos das transformações culturais.

Por outro lado, o estudo e o debate no Seminário, evidenciaram que a actuação da campanha nas Aldeias Comuns tem sido muito reduzida, devido principalmente ao não envolvimento das estruturas das próprias aldeias nos problemas culturais. A escola deve ser nas Aldeias Comuns, o local onde o trabalho de preservação cultural se exercerá prioritariamente, mobilizando-se os professores, os alfabetizadores e os educadores de adultos para a dirigirem correctamente. A criação de Círculos de Interesse nas Aldeias Comuns foi considerada fundamental, assim como o intercâmbio es-

treito entre estes e os das escolas das sedes de distritos e de província.

ARQUIVOS E DEPÓSITOS MUSEOLÓGICOS E DIVULGAÇÃO

Dois documentos básicos foram apresentados no plenário abordando este tema e intitulados: «Inventariação e arquivo de objectos museológicos» e «A montagem de um sistema de arquivos sobre o Património Cultural».

A inventariação tem por finalidade a classificação, ordenação e protecção de objectos museológicos (bens culturais). Neste âmbito, iniciou-se em 1979 a montagem do

Depósito Museológico Central no Serviço Nacional de Museus e Antiguidades e em 1980 a de Depósitos Provinciais, estendendo-se aos distritos. A organização e funcionamento de um depósito museológico, utilizam o livro de entrada de peças museológicas, o livro de Inventário, o Registo de Empréstimos, a ficha do catálogo científico.

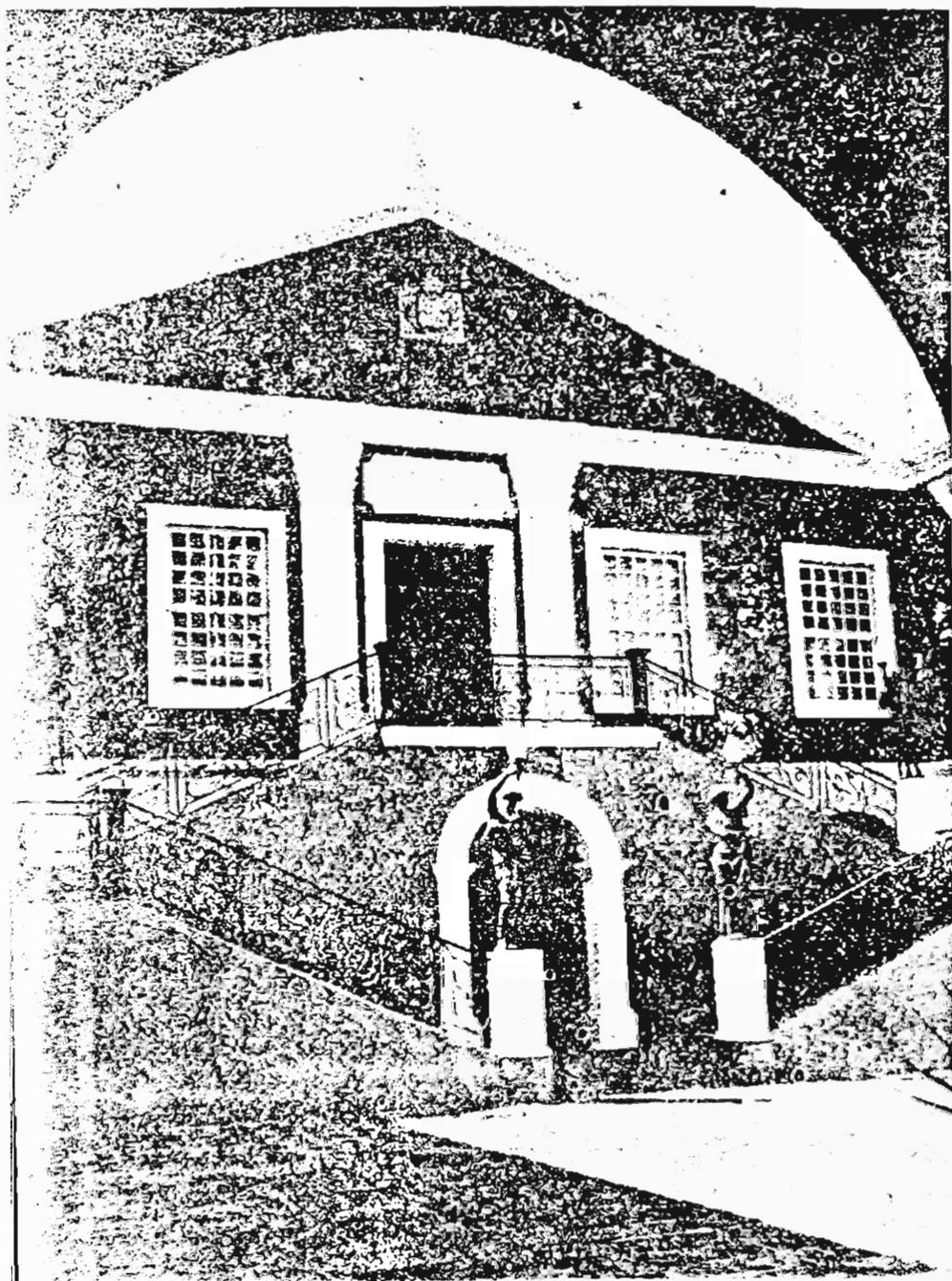
A circulação de informações faz-se de arquivo para arquivo. Ao Arquivo Central afluem todas as recolhas efectuadas na base e dele, após um trabalho de análise e estudo, se canalizam os elementos à base. O registo de documentos tem sido escrito, mas tenta-se, apesar das grandes dificuldades na obtenção de material sofisticado exigido, a organização de arquivos sonoros e fotográficos.

Os arquivos dispõem já de inventariação e registo de locais e monumentos históricos, de danças e instrumentos musicais, que embora não completas estão em processo dinâmico e que, não correspondendo a trabalhos de pesquisa mas a um levantamento, poderão servir a investigação.

Este tema foi dos que mais interesse despertaram entre os participantes e muito beneficiou das contribuições dadas pelos delegados técnicos da UNESCO.

Os relatórios das Províncias assinalaram de maneira geral a importância da quantidade e qualidade do trabalho realizado na inventariação, classificação e preservação de monumentos e locais de interesse histórico, incluindo Bases das FPLM, fortins militares coloniais, locais de massacres, antigas prisões, igrejas e mesquitas; e também de fontes arqueológicas, túmulos e pinturas rupestres, personagens da História tradicional: depósitos de cestaria, olaria, escultura, instrumentos musicais, dados de manifestações artísticas, como danças, música e adornos.

Museu de História Colonial na Ilha de Moçambique, símbolo do poder colonial, e que merece as maiores atenções de preservação



Constatou-se que tem havido dificuldades para o funcionamento dos arquivos museológicos, principalmente no que respeita a ficheiros em caixas de madeira, verificando-se contudo que esta dificuldade está sendo exagerada por falta de iniciativa criadora e dinamismo. Estes Arquivos, além de fornecerem material ao Arquivo Central, devem tornar-se órgãos de consulta local, para professores e alunos das escolas e outras entidades interessadas.

A montagem e manutenção de Depósitos Museológicos, sobretudo distritais, têm sido grandemente prejudicadas por falta de instalações minimamente adequadas e deve sensibilizar-se a APIE para que concorra à solução satisfatória desta situação. Em circunstâncias que possam afectar a conservação de peças valiosas, elas devem ser enviadas para os Museus de Maputo, Beira ou Nampula.

Considerou-se que a guarda e conservação de bens culturais é fundamental. Verificou-se que, com excepção de Tete, as Comissões de Inventariação determinadas pela Comissão Permanente da Assembleia Popular, não têm funcionado.

Neste tema se inclui também a questão primordial da divulgação



Toda a Ilha de Moçambique é património cultural

museológica que se concluiu dever fazer-se a quatro níveis:

— da base, que deve divulgar os dados obtidos com a recolha, no próprio local, principalmente quando haja desenhos, fotografias ou filmes e gravações;

— provincial, através de programas radiofónicos que a par do português utilizarão as línguas locais com o objectivo de mobilizar as populações para a participação na campanha;

— das Aldeias Comunsais, com o aproveitamento do projecto do Mi-

nistério da Informação sobre comunicação em aldeias-piloto, através do uso de altifalantes;

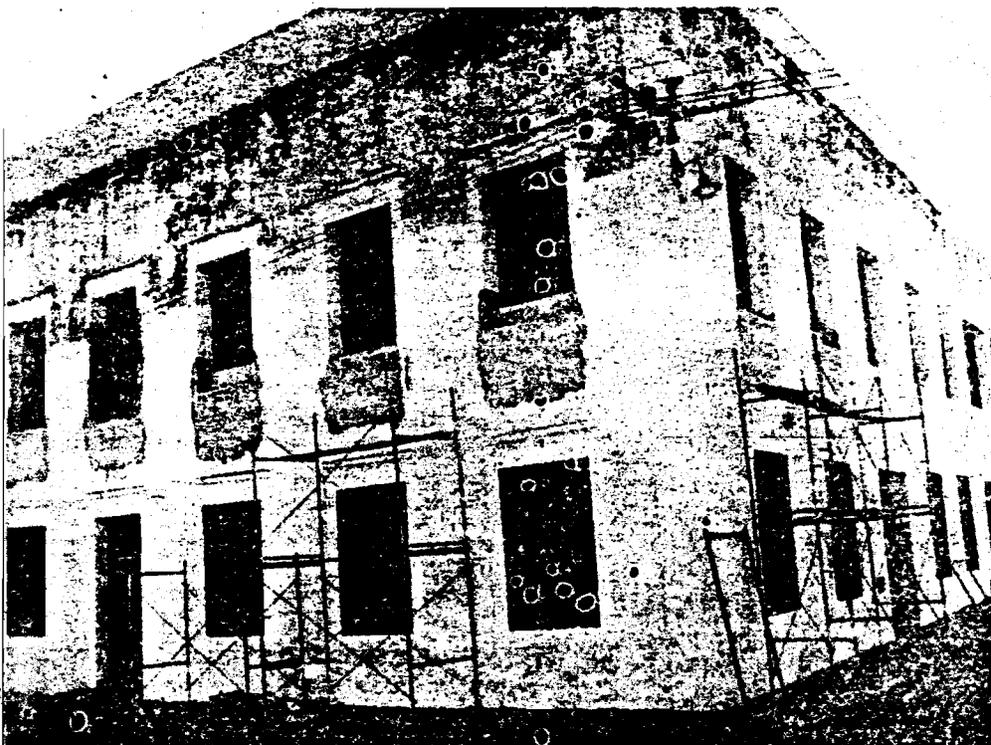
— nacional, com um critério mais especializado, utilizando-se o Emissor Interprovincial Maputo-Gaza para a divulgação da campanha.

CONSERVAÇÃO, RESTAURO E APRESENTAÇÃO DE BENS CULTURAIS

Os problemas de conservação e apresentação de bens culturais foram fracamente postos nos relatórios das províncias, mas o trabalho em grupos propôs a urgência de a nível central se elaborarem documentos orientadores para serem amplamente distribuídos por escolas, províncias e distritos. Também aí se recomendou que nos locais onde decorreu a Luta Armada de Libertação Nacional, as FPLM assumam função predominante em coordenação com os órgãos estatais de preservação e valorização. Salientou-se que a conservação de bens culturais imóveis carece de uma preparação cuidadosa dos intervenientes para se evitarem práticas que podem comprometé-la.

Quanto ao restauro, considerou-se um campo de acção que só deverá ser efectivamente ponderado quando se dispuser de quadros técnicos especializados.

Os aspectos deste tema foram abordados pelos delegados da UNESCO.



Ilha de Moçambique; aspecto de conservação sem critério científico e com desrespeito pela verdade histórica